



CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA
CEP 33.400-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

PUBLICADO EM
01/06/2020

PORTARIA Nº 219/2020

Instaura o procedimento administrativo interno de cobrança dos valores a serem restituídos, pelos agentes políticos, ao Município de Lagoa Santa/MG, haja vista equívoco no pagamento do subsídio mensal dos anos de 2016, 2017 e 2018, no âmbito do Poder Legislativo do Município de Lagoa Santa, Minas Gerais, e da outras providencias.

Considerando, o equívoco apontado pela assessoria contábil, no recebimento do subsídio referente aos anos de 2016, 2017 e 2018 por parte dos agentes políticos do Município de Lagoa Santa/MG, no âmbito do Poder Legislativo;

Considerando que o equívoco ocorreu com a promulgação da Resolução nº 50/2016, de 15 de janeiro de 2016;

Considerando que o erro persistiu de janeiro de 2016 até junho de 2018;

Considerando que os valores referentes ao ano de 2018 já foram restituídos;

Considerando que a orientação do tribunal de Contas é no sentido de exaurir os procedimentos administrativos antes de se instaurar uma Tomada de Contas Especial;

Considerando que todos os atuais vereadores manifestam total e pleno interesse em realizar a restituição;

O Presidente da Câmara Municipal de Lagoa Santa/MG, o vereador Leandro Cândido da Silva, no uso e gozo de suas atribuições que lhe confere a Constituição da República, a Constituição do Estado de Minas Gerais, a Lei Orgânica do Município de Lagoa Santa, o Regimento Interno da Câmara Municipal de Lagoa Santa e a Legislação Vigente, promulga, publica e faz valer a seguinte PORTARIA nos seguintes termos:

Art. 1: Fica instaurado no âmbito do Poder Legislativo do Município de Lagoa Santa, Minas Gerais, o Procedimento Administrativo para exaurimento das diligências, atos e demais providências, visando e objetivando o recebimento dos valores

Av. Engenheiro Vicente de Freitas, 124 - Lundcéia - Lagoa Santa - MG

CEP: 33.400-000 - FONE (031) 3689- 9950

Site: www.cmlagoasanta.mg.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA
CEP 33.400-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

equivocadamente recebidos pelos agentes políticos da Câmara Municipal de Lagoa Santa, no exercício financeiro de 2016 e 2017.
Parágrafo Único: Conforme Resolução Plenária de nº 079/2018 de 17 de julho de 2018 e Decreto de nº 143/2018 de 26 de julho de 2018, os valores pagos equivocadamente durante o exercício financeiro do ano de 2018 já foram integralmente restituídos aos cofres públicos, logo, completamente desnecessário instaurar procedimento administrativo em face do referido ano do exercício financeiro.

Art. 2º: Fica constituída a Comissão Administrativa, no âmbito do Poder Legislativo do Município de Lagoa Santa, Minas Gerais, para realizarem os trabalhos administrativos para o recebimento dos valores equivocadamente recebidos pelos agentes políticos da Câmara Municipal de Lagoa Santa, durante o exercício financeiro de 2016 e 2017, a ser composta pelos seguintes servidores:

- a) Laura Maria de Souza Rodrigues - Presidente;
- b) Gleyson Fernandes Noronha - Secretário
- c) Marceley Regina Martins Soares - Vogal

Art. 3º: Ficam os servidores que compõem a presente comissão autorizados a realizarem todo e qualquer ato, bem como as diligências necessárias para exaurimento dos trabalhos.

Art. 4º: As empresas prestadoras de serviço para a Câmara Municipal de Lagoa Santa, quais sejam: Norte Consultoria e Assessoria em Negócios LTDA - EPP, na pessoa de Paulo Giovanni Giarola e de Leonardo Luiz Santos Rodrigues, bem como o representante da CONSYSTEM LTDA - ME, na pessoa de Júlio César Ferreira da Silva, deverão prestarem os devidos auxílios, bem como os setores desta Câmara Municipal.

Art. 5º: Deverão ser adotadas as medidas administrativas para buscar o objetivo desta comissão em face dos ex-vereadores: Eduardo Cunha Faria, Pedro Paulo de Abreu Júnior, Roberto Alves dos Santos e Dinágio Batista Evangelista, ocupantes de cargo eletivo no exercício financeiro do ano de 2016.

Art. 6º: Todas as explicações deverão ser prestadas os vereadores e ex-vereadores, ficando autorizado o auxílio à esta comissão por parte da assessoria jurídica.

Art. 7º: Deverá o Município de Lagoa Santa/MG, bem, como o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e a Promotoria de Consta do Estado de Minas Gerais serem comunicados dos atos e da forma como serão realizadas as restituições.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA
CEP 33.400-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 8º: Não poderá existir nenhum prejuízo aos cofres públicos, os valores a serem restituídos deverão ser corrigidos monetariamente até o efetivo pagamento.

Art. 9º: Os trabalhos deverão ser céleres e os resultados apresentados à Presidência, ao Município de Lagoa Santa e demais interessados.

Art. 10º: A presente comissão existira até a conclusão plena e definitiva dos trabalhos.

Parágrafo Único: Não será a comissão renumerada por este trabalho.

Art. 11º: Deverá o setor financeiro e de pessoal desta E. Casa legislativa, informa se os vereadores e ex-vereadores já ressarciram, se estão ressarcindo e como, por meio de certidão.

Art. 12: Faz parte desta Portaria Resolução Plenária de nº 079/2018 de 17 de julho de 2018 e Decreto de nº 143/2018 de 26 de julho de 2018.

Art. 13º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, surtindo todos os efeitos fáticos e jurídicos.

Câmara Municipal de Lagoa Santa, em 01 de junho de 2020.

Leandro Cândido da Silva
Presidente